

Enfam recomenda uso de Manual da JF para a formação inicial de juízes

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) estabeleceu parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e adotou o Manual Executivo da Formação Inicial para a Justiça Federal.

O manual é uma ferramenta de apoio para os profissionais que atuam no processo de formação inicial dos juízes federais e tem como objetivo auxiliar no planejamento, na organização, no desenvolvimento e na avaliação de todas as etapas de preparação profissional dos novos magistrados das cinco regiões do país.

O objetivo da formação inicial é preparar os novos magistrados para o exercício de suas funções jurisdicionais e gerenciais. Essa preparação visa à aquisição de competências fundamentais para o exercício da função judicante e tem como objetivo abranger as exigências de uma formação humanística. O curso de formação inicial deve atender ao conteúdo programático mínimo estabelecido em normativo da Enfam, ressaltando que as escolas têm autonomia para ampliar o conteúdo dos cursos.

De acordo com o Manual, a metodologia que deve orientar o programa de formação inicial de magistrados federais será fundamentada em teorias de aprendizagem que privilegiem a prática profissional, favorecendo a aquisição das competências judiciais e gerenciais exigidas do novo juiz para o exercício de sua função.

O material foi elaborado pelo Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e de Pesquisa, Editoração e Intercâmbio (CTAP), formado pelos juízes federais representantes das escolas de magistratura das cinco regiões da Justiça Federal. O grupo contou com o apoio do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Durante a reunião de apresentação do Manual, realizada no Conselho da Justiça Federal (CJF), o secretário-geral da Enfam, juiz Paulo de Tarso Tamburini, e a secretária executiva, Maria Raimunda Veiga, estiveram presentes para apresentar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Enfam e tratar de outras possíveis parcerias com a Justiça Federal, em especial, para a realização dos cursos de formação de formadores.

Fonte: Enfam

Mutirão de Conciliação na Seção Judiciária de Goiás resulta em 63% de acordos

A 3.ª etapa do Mutirão de Conciliação, realizado entre os dias 3 e 6 de junho na Seção Judiciária de Goiás, obteve quase 63% de acordos, em processos referentes ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Foram realizadas 116 audiências, com o valor inicial das dívidas estimado em R\$ 16.574.601,19, resultando a negociação do pagamento de R\$ 2.856.014,30.

Os mutuários obtiveram redução de mais de 80% do valor total das dívidas, permitindo a regularização de financiamentos imobiliários feitos com a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA).

Fonte: Seção de Comunicação Social/SJGO

Conheça o Portal do beneficiário do Pro-Social

A Administração do Tribunal, por meio da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), informa que já está disponível o acesso, via internet, ao Portal do beneficiário do Pro-Social, para consulta às informações de utilização do sistema, mediante senha individual, a qual deverá ser solicitada pelo e-mail prosocial.suporte@trf1.jus.br, informando-se a matrícula funcional.

De posse do número de usuário e senha recebidos, o beneficiário poderá consultar seus dados, movimentação financeira referentes a contribuições/custeios e extratos de utilização dos serviços, alterar endereço residencial e ainda enviar documentos, diretamente no sítio eletrônico do TRF, no link <http://www.trf1.jus.br/e-prosocial/beneficiario/MenuServicos.aspx>.

Abertas inscrições para seminário sobre Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

A Secretaria Nacional de Justiça realizará, nos dias 12 e 13 de agosto, o Seminário “Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas”. O evento será realizado no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, em Brasília.

O Seminário é uma iniciativa conjunta da Secretaria Executiva da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e tem como objetivo difundir informações sobre o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, apresentando finalidade, funcionamento, abrangência, principais instâncias, desafios e limites, a fim de orientar os participantes na elaboração do Protocolo Interinstitucional de cumprimento à Lei 9.807/99.

As inscrições podem ser efetuadas pelo endereço eletrônico <http://bit.ly/1j0GuQy> ou pelos telefones (61) 2025-8920/2025-8923/2025-8906.

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Assessoria de Comunicação Social
ascom.trf1@trf1.jus.br
(61) 3314-5379